

RELATÓRIO

13ª Conferência de Assistência Social de Teresina



28 e 29 de junho de 2023

Local: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

COMISSÃO GERAL

Aline Teixeira Mascarenhas de Andrade Costa – Conselheira Presidente

Ronan de Sousa Carvalho – Conselheiro Vice-Presidente

Iraneide Cristina Araújo Viana – Conselheira 1º Secretária

Francisca Alves da Silva Aquino – Conselheira 2º Secretária

Maria Valdeniria Silva – Conselheira

Emerson Alves dos Santos Silva - Conselheiro

Lucélia Oliveira Silva – Secretária Executiva do CMAS

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Elias Barbosa – Conselheiro

Joseane Gomes Santos Borges

Sâmia Cristina Pereira da Silva

Maria Soares da Conceição Sousa

Cassia Maria Lopes Dias Medeiros

Amanda Kárdia Alves de Oliveira

Gisely Roberta Gomes da Silva

COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA:

Aline Teixeira Mascarenhas de Andrade Costa – Conselheira Presidente

Ronan de Sousa Carvalho – Conselheiro Vice Presidente

Maria Valdeniria Silva – Conselheira

Suely Rodrigues Medeiros – Conselheira

José Pereira da Silva Filho – Conselheiro

COORDENAÇÃO DE INSCRIÇÃO:

Emerson Alves dos Santos Silva - Conselheiro

Vanessa Hiully Akmeida de Vasconcelos – Conselheira

Francisca Alves da Silva Aquino – Conselheira

Maria Olintete Barros dos Santos Segunda – Conselheira

Maila Luzia Batista Eulálio - Conselheira

Icoraci Carvalho Moura – Conselheira

Vanessa de Castro Soares - Conselheira

ARTICULAÇÃO NOS TERRITÓRIOS:

Maria Valdeniria Silva – Conselheira;

Lucélia Oliveira Silva – Secretária Executiva do CMAS

Dannylo Cavalcante Alves – Território Sudeste

Francisco José de Sousa – Território Sudeste

Aurora Danielle Macedo Lima – Território Sudeste

Núbia Xavier – Território Sul

Denildes R. de Lima – Território Sul

Maria Alzenira Soares Nunes Pimentel – Território Sul

Elizete R. dos Santos – Território Leste

Maria Sebastiana de Sousa Silva – Território Leste

Elenice Maria Viana de Figueiredo – Território Leste

Thiago de Luz Martins – Território Norte

Maria Nila R. O. Silva – Território Norte

COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO E RELATORIA:

Lucélia Oliveira Silva – Secretária Executiva do CMAS

Karla Vianna Azevedo de Oliveira – Apoio Técnico CMAS

Jorgeanne Lima Pessoa – Conselheira

Maria Gislane Alves Nunes – Conselheira

Maria Valdeniria Silva – Conselheira

Lana Grazielle Carvalho Sousa – Conselheira

Iraneide Cristina Araújo Viana – Conselheira

Bruna Nunes Brasilino – Conselheira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
1. Informações Gerais sobre a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina	10
1.1. Quantitativo de delegados/as da Conferência Municipal de Assistência Social por categoria representantes de cada um dos segmentos definidos na LOAS	12
1.2. Quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e a realização da Conferência Municipal de Assistência Social	12
1.3. Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência Municipal de Assistência Social	13
2. Registros da Conferência Municipal de Assistência Social	14
2.1. Ato de Convocação da Conferência Municipal de Assistência Social	14
2.2. Programação da Conferência Municipal de Assistência Social	14
2.3. Registro dos resultados dos Grupos de Trabalho na Conferência Municipal de Assistência Social	17
2.4. Registro das Deliberações da Plenária Final da Conferência Municipal de Assistência Social	27
2.5. Moções	29
2.6. Avaliação da Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina	
2.6.1. Avaliação dos Participantes	33
2.6.2. Avaliação dos Conselheiros	35
2.7. Listagem dos/das delegados/das eleitos/as	37
ANEXO 01 - RELATORIA DA CONFERÊNCIA MAGNA	43
ANEXO 02 - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS TRABALHOS	52

APRESENTAÇÃO

A 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina, convocada na 16ª Reunião Extraordinária do CMAS, em 15 de março de 2023 e em função da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), constitui-se como momento coletivo e deliberativo máximo de controle social na perspectiva de avançar na construção de um Sistema Único de Assistência Social – (SUAS) efetivo.

Destarte, a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina foi realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2023, na modalidade presencial, para delegados eleitos nas 9ª Pré-Conferências Municipais de Assistência Social, delegados natos (conselheiros municipais de assistência social) e convidados.

Ocorrendo em um cenário pós pandemia, complexo e desafiante frente as demandas locais de efetivação da Política de Assistência Social, o processo conferencial (pré-conferências e conferência de assistência social), ressaltou a importância do acolhimento das diversidades dos territórios teresinenses, em relação às deliberações postas para o avanço do SUAS em Teresina, na atual conjuntura econômica, política e social municipal.

Dessa forma, contemplando os aspectos que influenciam a garantia de direitos, o tema da Conferência Municipal de Assistência Social, como prerrogativa, segue o tema nacional: “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!” que, além de oportuno, representa um chamamento coletivo de defesa frente aos ataques que as políticas públicas no Brasil, especialmente ao controle social e à participação popular e democrática nos espaços de deliberação aconteceram nos últimos 04 (quatro) anos que antecederam a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina.

Destaca-se ainda que, esta edição da Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina ocorre no ano de uma data simbólica: o aniversário de 30 anos da Lei Orgânica de Assistência Social – (LOAS) rememorando as lutas populares da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, atenta às conquistas constitucionais de 1988, que atribuem ao Estado brasileiro a provisão da Proteção Social não-contributiva.

Busca-se então, neste documento, uma sistematização oficial do processo conferencial, trazendo a sistematização dos trabalhos e das deliberações deles advindos, agrupadas em cinco Eixos Temáticos, considerando como pano de fundo para as deliberações, as realidades concretas em que o trabalho dos/das profissionais do SUAS ocorrem nos territórios, para garantir o direito dos/das usuários/as em meio às vulnerabilidades e riscos sociais, como: o aumento do desemprego e do subemprego; a precarização do trabalho; a ampliação e a expansão da fome e da insegurança alimentar; a violência urbana e doméstica; o sexismo; o racismo, e outras formas de violência, afirmando o desafio da reconstrução da política de assistência social, sob uma perspectiva de retomada democrática e republicana.

1. Informações Gerais sobre a 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina

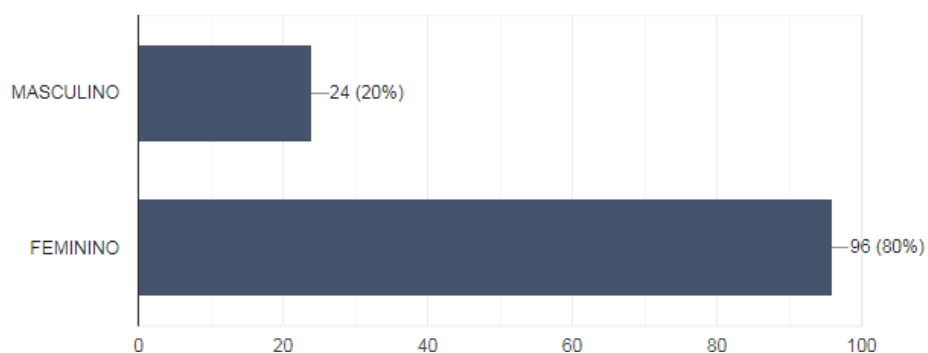
Nome do Município/UF	Teresina/PI
Código IBGE	2211001
Porte do Município	Grande Porte
Identificação da Conferência	13ª Conferência Municipal de Assistência Social
Data de Início	28 de junho de 2023
Data de Término	29 de junho de 2023
Total de horas realizadas	12 horas
Local de realização	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Número Total de Convidados	115
Número Total de Delegados/as	83
Total Inscritos	198

Marcadores Sociais dos Participantes

SEXO

120 respostas

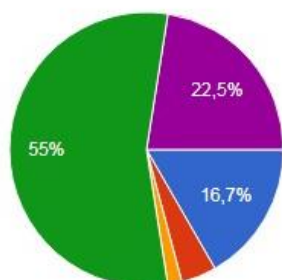
 Copiar



REPRESENTAÇÃO

respostas

 Copiar

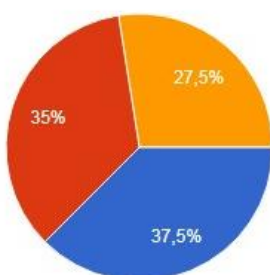


- USUÁRIO (A)
- ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
- SEM REPRESENTAÇÃO
- TRABALHADOR (A)
- ENTIDADE

CATEGORIA DE PARTICIPAÇÃO

respostas

 Copiar

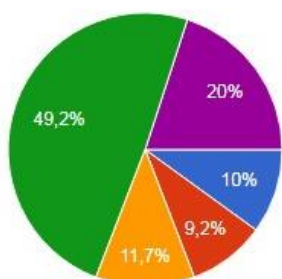


- DELEGADO
- CONVIDADO
- OBSERVADOR

OFICINA QUE DESEJA PARTICIPAR:

respostas

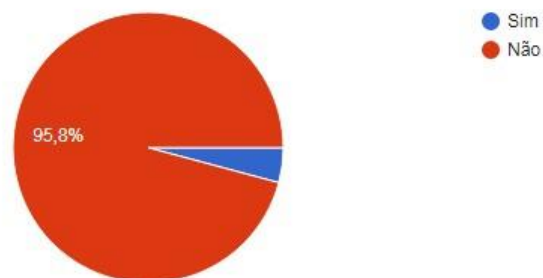
 Copiar



- EIXO I - Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória,...
- EIXO II - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Contro...
- EIXO III - Articulação entre segmentos: Como potencializar a Parti...
- EIXO IV - Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e...
- EIXO V - Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios s...

NECESSIDADES ESPECIAIS

120 respostas

 Copiar


QUAL?

5 respostas

APADA

Surdez

Gostaria de pergunta si tem como o craz fazer uma vez ao mes visitas nas comunidades aos idoso e outras demandass

110

Necessidade de cadeira pois só tenho uma perna

1.1. Quantitativo de delegados/as da Conferência Municipal de Assistência Social por categoria representantes de cada um dos segmentos definidos na LOAS.

SOCIEDADE CIVIL			GOVERNAMENTAIS
Usuários	Trabalhadores	Entidades	
10	28	13	32
TOTAL			83

1.2. Quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e a realização da Conferência Municipal de Assistência Social.

QUANTIDADE	CARACTERIZAÇÃO
20	Conselho (conselheiros e profissionais vinculados ao Conselho)

50	Órgão gestor da Assistência Social (gestor e profissionais vinculados ao órgão gestor)
02	Prestadores de serviço (empresas, profissionais contratados especificamente para esta finalidade)
-	Sociedade civil (associações, clubes, ONG's, dentre outros)
72	TOTAL

1.3. Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência Municipal de Assistência Social

QUANTITATIVO	EVENTOS	Nº PARTICIPANTES
15	Encontros Preparatórios	200
-	Palestras e/ou Debates Públicos	-
-	Encontros Preparatórios com Usuários	-
-	Outras Formas (especificar)	-

2. Registros da Conferência Municipal de Assistência Social

2.1. Ato de Convocação da Conferência Municipal de Assistência Social

Decreto Municipal Nº 24.009 de 24 de abril de 2023.

Resolução CMAS Nº 16 de 15 de março de 2023

2.2. Programação da Conferência Municipal de Assistência Social

Dia 28 de Junho

16 h – Credenciamento

17 h - Solenidade de Abertura Hino de Teresina - executado por Claudia Simone de Oliveira Andrade – Instituto Cultural Santa Rita/ Música para Todos

Apresentação Cultural – Que país é esse? Queremos um país mais justo, igualitário e com respeito – Centro de Convivência Cidadania – CRAS Sul I Composição da Mesa de Honra:

- Elias Barbosa – Conselheiro Usuário do CMAS
- Cristiane Oliveira Silva – Família atendida no Centro de Convivência Novos Menin@s da ASA
- Elenice Maria Viana de Figueredo Monteiro – Assistente Social CREAS Leste/SEMCASPI
- Patrício Guilherme Alves de Sousa – Coordenador do Centro Social Padre Arrupe
- Stephanie Maria Pereira Santos – Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS /PI
- Márcio Allan Cavalcante Moreira - Secretário SEMCASPI
- Aline Teixeira Mascarenhas de Andrade Costa – Presidente do CMAS

18h30 - Palestra Magna: Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos! Conferencista: Profª Márcia Helena Carvalho Lopes. Ex- Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social

Coordenação de Mesa: Maria Valdeniria Silva – Assistente Social Conselheira ASA

Relatoria: Iris Neiva de Carvalho – Assistente Social da Gerência de Gestão do SUAS/SEMCASPI

19h20 - Coquetel de Encerramento

29 de Junho

8h - Credenciamento

9h - Acolhida/ Apresentação cultural – Rio abaixo, rio arriba – Centro de Convivência Saber Viver / FUNACI

9h20 - Leitura e Aprovação do Regimento Interno Leitora: Karla Vianna Azevedo de Oliveira – Assistente Social apoio técnico do CMAS Mediação: Sueiny Larissa de Sousa Neves – Assistente Social Conselheira da Rede Saviniana

10h10 – Discussão dos Eixos/Trabalhos de Grupos

➤ EIXO 1: Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país.

Facilitadora: Iraneide Cristina Araújo Viana – Assistente Social da Secretaria Executiva de Planejamento Estratégico, Orçamento e Gestão da SEMPLAN

Redatora: Larissa Vieira Rego – Assistente Social, Chefe da Divisão de Alta Complexidade da Gerência de Proteção Social Especial/SEMCPSP

Conselheiro CMAS – Emerson Alves dos Santos Silva

➤ EIXO 2: Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas.

Facilitadora: Sâmia Cristina Pereira da Silva – Assistente Social Trabalhadora do SUAS

Redator: Ricardo Oliveira Silva – Psicólogo coordenador das Ações Estratégicas de Enfrentamento e Prevenção ao Trabalho Infantil GPSE/SEMCPSP

Conselheira do CMAS: Maria Valdeniria Silva

➤ EIXO 3: Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

Facilitador: Dannylo Cavalcante Alves – Assistente Social, trabalhador do SUAS de Teresina

Redatora: Poliana da Silva Tavares – Assistente Social, chefe de Divisão da Gerência de Proteção

Social Básica/SEMCIASPI

Conselheira do CMAS: Aline Teixeira Mascarenhas de Andrade Costa

➤ EIXO 4: Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS.

Facilitadora: Marfisa Martins Mota de Moura – Assistente Social/SEMCIASPI

Redatora: Olavo José Ibiapina Almeida – Psicólogo chefe de Divisão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos GPSB/ SEMCIASPI

Conselheira CMAS: Lana Grazielle Carvalho Sousa

➤ EIXO 5: Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

Facilitadora: Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues – Assistente Social, coordenadora de condicionalidades do Programa Bolsa Família da Gerência de Transferência de Renda/SEMCIASPI

Redatora: Rosemere Santana do Nascimento – Assistente Social, gerente de Programas Transferência de Renda/SEMCIASPI

Conselheira CMAS: Maria Soares da Conceição Sousa

12h30 – Almoço

13h30 – Plenária Final:

Apresentação e votação das propostas

Coordenação: Aline Teixeira Mascarenhas de Andrade Costa – Assistente Social

Conselheira - Presidente

Relatora: Lucélia de Oliveira Silva – Assistente Social, Secretária Executiva do CMAS/TE - Eleição dos Delegados

Coordenação de Mesa: Maria Valdeniria Silva – Assistente Social Conselheira ASA/Sociedade Civil

Redatora: – Talila Arrais Amorim - Assistente Social Conselheira CRESS

16h30 - Encerramento dos trabalhos.

2.3. Registro dos resultados dos Grupos de Trabalho na Conferência Municipal de Assistência Social:

Eixo 01 – Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país.

ITEM	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO
1	Assegurar em lei municipal, garantindo anualmente, a aplicação de um percentual não inferior a 8% da receita própria do município de Teresina, para a Política de Assistência Social.
2	Assegurar a aplicação dos recursos da assistência social para a qualificação dos serviços já ofertados e ampliação dos serviços considerando o diagnóstico da vigilância socioassistencial do último quinquênio e as especificidades dos territórios.
3	Assegurar que os recursos próprios do Município sejam executados via Fundo Municipal de Assistência Social submetidos à fiscalização e ao controle social do CMAS.
4	Apresentar o Diagnóstico Socioassistencial do município de Teresina, para o Poder Legislativo, sensibilizando-o para a destinação de Emendas Parlamentares que contemplem demandas da área da Assistência Social, via execução direta.
ITEM	PRIORIDADES PARA O ESTADO
1	Assegurar em lei estadual, garantindo anualmente a aplicação de um percentual não inferior a 8% da receita própria do Estado para a Política de Assistência Social.
2	Garantir a atualização e cumprimento da pactuação da CIB PI e deliberação do CEAS PI, acerca o cofinanciamento Estadual pactuado através de Blocos de Cofinanciamento (PSB e PSE).
ITEM	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1	Assegurar na Constituição Federal e garantir anualmente a aplicação de um percentual não inferior a 8%, do orçamento próprio da União, para a Política de Assistência Social.
2	Aprovar, via Congresso Nacional, a PEC 383/2017, que destina percentual mínimo de investimento na Política de Assistência Social, com revisão do percentual de 1% para 8% da receita para o SUAS.

Eixo 02 – Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas.

ITEM	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO
1	Modificar a Lei de criação do CMAS e seu o Regimento Interno, a fim de garantir a proporcionalidade entre os representantes da Sociedade Civil - ampliando o número de usuários, garantindo a ampliação da equipe técnica da Secretaria Executiva na redação do referido regimento.
2	Expandir o Controle Social, por meio da implantação de ouvidorias territoriais, para sistematização das denúncias e proposições, suprimida na plenária final.
3	Adquirir espaço próprio para o CMAS, com salas de: atendimento, reunião e auditório, com infraestrutura necessária: equipamentos, mobília e pessoal.
4	Institucionalizar o fórum permanente de usuários do SUAS, onde serão estabelecidas as demandas para agenda pública, suprimida na plenária final.
5	Monitorar sistematicamente as propostas deliberadas da conferência e solicitar respostas da gestão de maneira oficial e documental, conforme preconiza as competências do Conselho Municipal de Assistência Social – (CMAS), suprimida na plenária final.
6	Publicizar boletim/relatório sintético das ações do Controle Social a Rede Socioassistenciais de forma periódica, suprimida na plenária final.
7	Promover a formação continuada para os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social – (CMAS), suprimida na plenária final.
8	Publicizar as ações do CMAS por meio das redes sociais, meios de comunicação e material informativo, suprimida na plenária final.
9	Ampliar e fortalecer as formas de acesso às informações referentes à PNAS, suprimida na plenária final.
10	Expandir o Controle Social, por meio da implantação de conselhos territoriais de Assistência Social, a partir da metodologia pensada pelo CMAS e CATs.

ITEM	PRIORIDADES PARA O ESTADO
01	Institucionalizar o fórum permanente de usuários do SUAS, onde serão estabelecidas as demandas para agenda pública; recomendada na plenária final ao Eixo III.
02	Criar uma escola de educação permanente do Sistema Único de Assistência Social – (SUAS) para formação continuada de conselheiros dos municípios do Piauí, modificada na plenária final por: efetivar o plano de educação permanente, por meio da Escola de Educação do SUAS, implementando diretriz específica para o controle social.
03	Recomendar a efetivação da fiscalização, monitoramento e avaliação do Conselho Estadual de Assistência Social – (CEAS) no que se refere a cargos de gerências e coordenações das unidades socioassistenciais.
ITEM	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
01	Ampliar equipe mínima dos servidores nas unidades socioassistenciais, por meio da revisão da NOB-RH.
02	Promover capacitação continuada e sistemática dos conselheiros de direitos municipais e estaduais, modificada na plenária final por: promover capacitação continuada e sistemática dos conselheiros municipais, estaduais e federais.
03	Aumentar o IGD SUAS e PBF dos Conselhos de 3% para 5%.

Eixo 03 – Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?

ITEM	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO
1.	Criar os Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS a partir de câmaras técnicas territoriais e Fórum Municipal dos Usuários do SUAS, a partir da implementação de assembleias de usuários na rede socioassistencial.
2.	Criar o núcleo do SUAS na Ouvidoria Municipal.
3.	Instituir espaços permanentes (coletivos de representatividade dos segmentos de usuários, trabalhadores e entidades), de participação, discussão e formação sobre o temário da Política de Assistência Social por unidade territorial, em especial aos adolescentes/jovens atendidos pelas medidas socioeducativas em meio aberto, nos serviços ofertados e nas instâncias de controle social, suprimida em plenária final.
4.	Capacitar de forma permanente os trabalhadores do SUAS, suprimida em plenária final, (considerando o NEP)
5.	Divulgar a agenda das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMAS e fornecimento de condições materiais para a participação dos usuários, suprimida em plenária final.
6.	Realizar formações voltadas para a gestão e para os trabalhadores do SUAS, com objetivo de identificação e enfrentamento do assédio moral, suprimida em plenária final.
7.	Fortalecer as relações entre líderes comunitários e Centros de Referência de Assistência Social, por meio de ações territoriais, suprimida em plenária final.
8.	Dispor de recursos materiais, físicos e humanos para que a equipe do PAIF efetive ações no território sobre a égide da participação social, suprimida em plenária final.
9.	Implementar, em no máximo 02 anos, 100% das deliberações aprovadas pela Mesa de Negociação de Gestão e Trabalho do SUAS, suprimida em plenária final.

ITEM	PRIORIDADES PARA O ESTADO
1.	Capacitar de forma permanente os Trabalhadores do SUAS, suprimida em plenária final.
2.	Reativar o Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS e criar o Fórum Estadual dos Usuários.
3.	Dispor de recursos materiais, físicos e humanos para que a equipe do PAIF efetive ações no território sobre a participação social, a partir de contrapartida estadual, suprimida em plenária final.
4.	Fomentar o pacto de promoção da acessibilidade na rede sociassistencial firmado entre as gestões Estadual e Municipais e instâncias de controle social.
5.	Garantir acessibilidade total nos espaços de participação social da Política de Assistência Social, à exemplo dos Conselhos, Comissões, Câmaras Técnicas, Eventos, etc, suprimida em plenária final.
6.	Criar a Ouvidoria Estadual do SUAS, suprimida em plenária final.
ITEM	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1.	Elaborar e implementar a Política de Humanização do SUAS, a partir da participação de gestores, trabalhadores, usuários e entidades.
2.	Garantir maior visibilidade e divulgação das ações do Fórum Nacional dos trabalhadores do SUAS e do Fórum Nacional de usuários do SUAS, suprimida em plenária final.
3.	Dispor de recursos materiais, físicos e humanos para que a equipe do PAIF efetive ações no território sobre a participação social, a partir de contrapartida federal, suprimida em plenária final.
4.	Fomentar a criação de instâncias (nacional, estaduais e municipais) de participação de cuidadores de pessoas com deficiência, suprimida em plenária final.

Eixo 04 - Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS

ITEM	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO
1	Ampliar as equipes dos serviços de PSB e PSE, alterada na plenária final para: ampliar as equipes dos Serviços da PSB e PSE, por meio de realização de concurso público para trabalhadores do SUAS, nos níveis fundamental, médio e superior, efetivando a convocação.
2	Criar unidades socioassistenciais de CREAS, Centros de Convivência, Centro Dia Idoso e Centro Dia para Pessoas com Deficiência, de modo a ampliar a oferta desses serviços nos territórios, assegurando a oferta adequada de materiais humanos e materiais alterada na plenária final para: ampliar número de unidades de CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Centros Dia Idoso, Centros Dia PCD, Centros POP, Casas de Passagem, de modo a garantir a oferta de serviços nos territórios, assegurando oferta adequada de recursos humanos, materiais e estrutura física das unidades.
3	Produzir e divulgar materiais informativos sobre a rede socioassistencial, nas unidades socioassistenciais e de outras políticas, garantindo acessibilidade, alterada na plenária final para Promover atualização do catálogo de Unidades, Serviços, Programas e Projetos do SUAS contendo os fluxos de acesso aos mesmos.
4	Ampliar o atendimento, via whatsapp institucional, para todas as unidades de CRAS e CREAS, garantindo funcionário específico para esse atendimento.
5	Retomar as discussões acerca do caderno de fluxos e protocolos dos serviços socioassistenciais entre CRAS, CREAS e unidades, por meio dos Encontros Técnicos.
6	Aprimorar os vínculos trabalhistas dos profissionais de serviços, programas e projetos que não são estatutários (precarização), acrescida na deliberação 01.
7	Implantar o Serviço em Domicílio para PCD e pessoas idosas nos territórios assegurando a qualidade da oferta dos serviços.
8	Realizar concurso Público para os trabalhadores do SUAS (fundamental, médio e superior) efetivando a convocação,), acrescida na deliberação 01.

9	Ampliar equipe de trabalho do SCFV levando em consideração o atendimento que deve ser prestado às pessoas com deficiência, acrescida à deliberação 01.
10	Fortalecer o programa de capacitação permanente dos trabalhadores do SUAS, alterada na plenária final para fortalecer e efetivar o programa de capacitação permanente dos trabalhadores do SUAS.
11	Financiar a construção de um Centro Pop no território, acrescida à deliberação 02.
12	Melhorar estrutura física das unidades de forma a garantir a acessibilidade e a execução dos serviços conforme a tipificação.
13	Retornar a equipe do SEAS (Serviço Especializado para pessoas em situação de rua) para as unidades dos CREAS, alterada na plenária final para garantir o retorno dos APS aos CREAS com condições de trabalho adequadas (transporte, computador, salas específicas para o Serviço).
14	Articular com as demais áreas, a disponibilidade de vagas especiais, no mercado de trabalho, para adolescentes/jovens atendidos pelas medidas socioeducativas em meio aberto, alterada na plenária final para articular com as demais áreas, a disponibilidade de vagas especiais, no mercado de trabalho, para adolescentes/jovens atendidos pelas medidas socioeducativas em meio aberto, usuários do SCFV e População em situação de rua.
15	Garantir, por meio de articulação com a política de segurança pública, a segurança humana e patrimonial nos serviços e equipamentos socioassistenciais.
ITEM	PRIORIDADES PARA O ESTADO
1	Ampliar as equipes dos serviços de PSB e PSE.
2	Garantir a ampliação dos repasses de co-financiamento estadual o intuito de permitir a ampliação e continuidade de programas, serviços e projetos, alterada na plenária final para garantir a ampliação e efetivação dos repasses de co-financiamento estadual com o intuito de permitir a ampliação e continuidade de programas, serviços e projetos, finalizando com a deliberação de incidir junto à UNIÃO – MDS e CIT - para pactuação da expansão qualificada e dos critérios de partilha de recursos para implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para PCDs e Pessoas Idosas.

3	Realizar capacitações visando alinhamento das informações para Passe Livre e outros direitos para PcD no estado do Piauí, garantindo o processo de educação permanente.
4	Ampliar o auxílio funeral de forma a contemplar traslado e túmulo (CO-PARTICIPAÇÃO).
5	Financiar a construção de Centro Pop no Território
6	Assegurar a acessibilidade e infraestrutura adequada dos serviços socioassistenciais, possibilitando atendimento de qualidade e mais acolhedor a usuários(as) em parceria com municípios.
ITEM	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1.	Regulamentar o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e Idosos e o Serviço de Proteção Especial para pessoas com Deficiência, Idosos e sua famílias, alterada na plenária final para cofinanciar o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e Idosos e o Serviço de Proteção Especial para pessoas com Deficiência, Idosos e sua famílias.
2.	Ampliar as equipes dos serviços de PSB e PSE, alterada na plenária final para ampliar as equipes de referência da PSB e PSE através da modificação da regulamentação da Tipificação em conformidade com o cenário atual.
3.	Ampliar a divulgação dos programas, projetos e serviços do SUAS.
4.	Ampliar oferta de adesão aos municípios para ampliação de CRAS/CREAS. Instituições de Longa Permanência, alterada na plenária final para ampliar a oferta de adesão aos municípios para ampliação de CRAS/CREAS, Centros de Convivência, Centros POP, Casas de Passagem, Instituições de Longa Permanência.
5.	Garantir acesso ao CAD/SUAS e PBF com atendimento presencial ou domiciliar para uma melhor avaliação do perfil, suprimida na plenária final.
6.	Garantir recursos para traslado nos atendimentos para BPC/ Previdência Social, remanejada para Eixo 01 na plenária final.
7.	Ampliar a cobertura do Programa Criança Feliz, alterada na plenária final para ampliar cofinanciamento e cobertura do PCF.

8.	Retomar programas de inclusão produtiva/cursos profissionalizantes a exemplo do Pronatec, alterada na plenária final para retomar programas de inclusão produtiva/cursos profissionalizantes a exemplo do Pronatec.
9.	Financiar a construção do Centro Pop no Município, acrescida à proposição 04 na plenária final.

EIXO 5 – Benefício ou transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

ITEM	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO
1	Propor revisão da Lei Municipal de benefícios eventuais visando o seu aperfeiçoamento (Lei 2016), tendo como destaques: a desburocratização e celeridade no acesso aos benefícios eventuais, flexibilizando as formas de concessão, através do uso de voucher, alterada na plenária final por: revisar a Lei Municipal de Benefícios Eventuais (4916, 2016), ampliando o critério de renda para acesso aos benefícios eventuais de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para $\frac{1}{2}$, flexibilizando o atendimento através do uso de voucher, assegurando na lei orçamentária o financiamento necessário.
2	Ampliar a divulgação dos Benefícios garantidos pela Lei de Benefícios eventuais e formas de acesso aos serviços socioassistenciais, mediante ampla divulgação nos meios de comunicação de massa e programas de educação permanente.
3	Ampliar os critérios de renda para acesso aos benefícios eventuais de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para $\frac{1}{2}$ salário e efetivar e garantir a continuidade da oferta no acesso assim como ocorre no auxílio funerário, assegurando na Lei orçamentária o financiamento necessário, unificada à proposta 01 na plenária final.
4	Ampliar as unidades de atendimento da rede direta e suas equipes de referência para otimizar o acesso da população aos Benefícios.
5	Ampliar os Recursos Humanos garantindo a composição das equipes nas Unidades de CRASs proporcional à quantidade de famílias referenciadas e atendidas no território.

6	Garantir os recursos materiais necessários para o bom funcionamento das Unidades de CRASs com a utilização dos recursos do IGD PBF
7	Garantir a contratação e composição de equipes exclusivas para averiguação cadastral com a oferta de efetivas condições de trabalho dentre eles veículo exclusivo.
8	Garantir a valorização profissional dos Coordenadores de Transferência de renda através de remuneração digna com salários compatíveis com a função que exerce.
9	Viabilizar a articulação entre a assistência social e previdência social no âmbito municipal com vistas a dirimir dúvidas relacionadas a concessão do BPC.
10	Garantir articulação entre SEMCASPI, e programas profissionalizantes e de inserção no mercado de trabalho, criando banco de dados municipal para identificar famílias com perfil para ingresso no mercado de trabalho.
ITEM	PRIORIDADES PARA O ESTADO
1	Fortalecer o cofinanciamento e garantir o repasse de forma regular, do que foi pactuado, para que o município possa ampliar a oferta dos benefícios eventuais, possibilitando a intersectorialidade para o trabalho, suprimida na plenária final.
2	Fortalecer o papel do estado na gestão do cadastro único e PBF através de capacitações e financiamento.
ITEM	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1	Ampliar a concessão dos benefícios federais para as famílias em situação de vulnerabilidade, de forma a garantir o acesso às necessidades emergenciais.
2	Ampliar a divulgação sobre os critérios de acesso ao BPC e melhorar a qualidade do atendimento reduzindo a burocratização por meio de atendimento efetivo, com base nas peculiaridades de cada região;
3	Ampliar os critérios de renda para meio salário mínimo per capita, para os benefícios BPC e Programa Bolsa-Família.
4	Excluir a renda do BPC para o cálculo de renda per capita do PBF.

2.4. Registro das Deliberações da Plenária Final da Conferência Municipal de Assistência Social

Indica-se que as Deliberações da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina devem ser dispostas em Resolução CMAS/TE, sendo objeto de acompanhamento por Comissão definida para tal, também instituída por Resolução.

As deliberações são acolhidas pelo colegiado, sendo providenciada, pela Secretaria Executiva, o encaminhamento das mesmas aos órgãos/instâncias competentes, como SEMCASPI (sugestão de publicização no BLOG GGSUAS) e Câmara de Vereadores de Teresina, sendo indicada também, ampla divulgação entre os trabalhadores do SUAS, entidades e organizações de assistência social e usuários do SUAS, além de sua entrega compulsória no Conselho Estadual de Assistência Social do Piauí.

a) Deliberações para o Município

DELIBERAÇÕES	EIXO AO QUAL ESTÁ RELACIONADA
1. Assegurar em lei municipal, garantindo anualmente, a aplicação de um percentual não inferior a 8% da receita própria do município de Teresina, para a Política de Assistência Social.	Eixo 01
2. Apresentar o Diagnóstico Socioassistencial do município de Teresina, para o Poder Legislativo, sensibilizando-o para a destinação de Emendas Parlamentares que contemplem demandas da área da Assistência Social, via execução direta.	Eixo 01
3.Modificar a Lei de criação do CMAS e seu o Regimento Interno, a fim de garantir a proporcionalidade entre os representantes da Sociedade Civil - ampliando o número de usuários, garantindo a ampliação da equipe técnica da Secretaria Executiva na redação do referido regimento	Eixo 02
4.Adquirir espaço próprio para o CMAS, com salas de: atendimento, reunião e auditório, com infraestrutura necessária: equipamentos, mobília e pessoal.	Eixo 02
5.Criar os Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS a partir de câmaras técnicas territoriais e Fórum Municipal dos Usuários do SUAS, a partir da implementação de assembleias de usuários na rede socioassistencial.	Eixo 03
6.Criar o núcleo do SUAS na Ouvidoria Municipal.	Eixo 03
7.Ampliar as equipes dos Serviços da PSB e PSE, por meio de realização de concurso público para trabalhadores do SUAS, nos níveis fundamental, médio e superior, efetivando a convocação.	Eixo 04
8.Ampliar número de unidades de CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Centros Dia Idoso, Centros Dia PCD, Centros POP, Casas de Passagem, de modo a garantir a oferta de serviços nos territórios, assegurando oferta adequada de recursos humanos, materiais e estrutura física das unidades.	Eixo 04

9.Revisar a Lei Municipal de Benefícios Eventuais (4916, 2016), ampliando o critério de renda para acesso aos benefícios eventuais de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para $\frac{1}{2}$, flexibilizando o atendimento através do uso de voucher, assegurando na lei orçamentária o financiamento necessário.	Eixo 05
10. Viabilizar a articulação entre a assistência social e previdência social no âmbito municipal com vistas a dirimir dúvidas relacionadas a concessão do BPC.	Eixo 05

b) Deliberações do Município para o Estado.

DELIBERAÇÕES	EIXO AO QUAL ESTÁ RELACIONADA
1. Assegurar em lei estadual, garantindo anualmente a aplicação de um percentual não inferior a 8% da receita própria do Estado para a Política de Assistência Social.	Eixo 01
2. Criar uma escola de educação permanente do Sistema único de Assistência Social – SUAS para formação continuada de conselheiros dos municípios do Piauí, modificada na plenária final por : efetivar o plano de educação permanente, por meio da Escola de Educação do SUAS, implementando diretriz específica para o controle social.	Eixo 02
3. Reativar o Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS e criar o Fórum Estadual dos Usuários.	Eixo 03
4. Incidir junto à UNIÃO – (MDS e CIT) para pactuação da expansão qualificada e dos critérios de partilha de recursos para implantação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para PCDs e Pessoas Idosas.	Eixo 04
5. Fortalecer o papel do estado na gestão do cadastro único e PBF através de capacitações e financiamento.	Eixo 05

c) Deliberações do Município para a União.

DELIBERAÇÕES	EIXO AO QUAL ESTÁ RELACIONADA
1.Aprovar, via Congresso Nacional, a PEC 383/2017, que destina percentual mínimo de investimento na Política de Assistência Social, com revisão do percentual de 1% para 8% da receita para o SUAS.	Eixo 01
2.Promover capacitação continuada e sistemática aos conselheiros municipais, estaduais e nacionais.	Eixo 02
3.Elaborar e implementar a Política de Humanização do SUAS, a partir da participação de gestores, trabalhadores, usuários e entidades.	Eixo 03
4.Ampliar oferta de adesão aos municípios para ampliação de CRAS/CREAS, Centros de Convivência, Centros POP, Casas de Passagem, Instituições de Longa Permanência.	Eixo 04
5.Ampliar os critérios de renda para meio salário mínimo per capita, para os benefícios BPC e Programa Bolsa-Família.	Eixo 05

2.5. Moções

No que tange às moções, torna-se relevante registrar a compreensão de que as mesmas são um posicionamento político individual sobre determinado tema, assunto, causa ou situação, sem um caráter deliberativo e, portanto, não estão sujeitas ao mesmo tratamento das deliberações advindas do processo conferencial.

As moções são acolhidas pelo colegiado, sendo a providenciada, pela Secretaria Executiva, o encaminhamento das mesmas aos órgãos/instâncias competentes; havendo moções de que competência do CMAS, estas serão encaminhadas para as Comissões correspondentes ao tema.

A Secretaria Executiva recebeu da relatoria da 13ª Conferência Municipal 07 moções; desse total, 01 não foi considerada aprovada por estar sem o texto completo, restando, portanto, 06 moções. Por meio de análise coletiva envolvendo a equipe técnica da Secretaria Executiva do CMAS, buscou-se categorizar as moções segundo seu tipo, respeitando a nomeação dado pelo delegado que a produziu, sempre que possível.

Além disso, foi feita uma divisão quanto ao assunto da moção e sua possível aproximação com uma das Comissões do Conselho. Dessa forma, obtivemos temos o seguinte resultado

No que tange aos tipos de moção, preservou-se a nomenclatura utilizada pelo delegado, assim, obtivemos os seguintes números: Apoio e Recomendação: 03; Indignação 01; Recomendação 01 e Apoio 01.

Abaixo a síntese das moções, buscando conservar a escrita e redações naturais, sendo anexadas neste Relatório cópias dos formulários originais.

QUADRO DE MOÇÕES

Nº	Nº de votos	Natureza	Texto	Destinatários/as os/as)
01	45	Apoio e Recomendação	A falta (cancelamento) do vale social na política de assistência social vem gerando prejuízo nos atendimentos da população usuária do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É preciso considerar que as famílias usuárias/os dessa política pública vivenciam vulnerabilidades econômica e violação de direitos.	Conselho Municipal de Assistência Social; Poder Executivo; Câmara Municipal de Teresina; SEMCASPI; Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros de Teresina (SETUT); CMDI e Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.
02	41	Indignação	Vimos por meio deste, manifestar nossa indignação, pela ausência de nossos parlamentares municipais, nas discussões apresentadas por esta conferência, espaço legítimo para proposição e controle das políticas públicas da Assistência Social.	Poder Executivo e Câmara Municipal de Teresina.
03	39	Apoio e Recomendação	Assegurar a implementação de outro CREAS na zona sul, bem como também a implantação de CRAS na zona rural de Teresina. A questão mencionada decorre da dimensão territorial da zona sul e extrapolada a capacidade de atendimento da proteção social especial de média complexidade e da proteção social básica, o que inviabiliza o alcance do SUAS para quem dele necessita.	Poder Executivo; SEMCASPI; Conselho Municipal de Assistência Social; Câmara Municipal de Teresina; CMDI; Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Conselho da Pessoa com Deficiência.

04	38	Apoio e Recomendação	Assegurar transporte coletivo exclusivo e adaptado para o deslocamento dos usuários dos serviços em Centro-Dia especializado da Assistência Social no município de Teresina.	Poder Público; Câmara Municipal de Teresina; Conselhos Municipais e Estaduais; PCD e CMDI.
05	38	Recomendação	Considerando que a Assistência Social é uma Política Pública, garantida através da lei 8.742/93 e alterada pela Lei 12.435/2011, com objetivos, princípios e público definido, recomendamos que nesta 13ª Conferência Municipal de Assistência Social, o nome da Secretaria Municipal de Assistência Social, atualmente SEMCASPI, responsável pela operacionalização desta política, seja mudado para Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, com o objetivo de consolidar e aprimorar o SUAS, considerando que as normativas referentes a esta Política pública estruturam-se com a garantia de Proteção Social e Cidadania, e que o SUAS conquiste um amplo reconhecimento como sistema organizado que materializa os direitos socioassistenciais junto a seus usuários. A presente proposta, se fundamenta, também, no fato de que o segmento Políticas Integradas para além de se encontrar sem uma função específica vem continuamente retomando situações adversas à reconstrução do SUAS e adversas ao que versam o comando único do SUAS, cite-se as ações assistenciais entre outras.	SEMCASPI

06	33	Apoio	Considerando a crescente demanda de usuários dos serviços de atendimento do PAEFIL, SEAS e Medida Sócioeducativa nos CREAS, que extrapolam a capacidade de atendimento, segundo a NOB/RH do SUAS, propomos a criação de uma equipe exclusiva para os serviços mencionados (SEAS, MSE).	Conselho Municipal de Teresina; SEMCASPI, Poder Executivo; Câmara Municipal de Teresina e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
----	----	-------	--	--

2.7. Avaliação da Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina

2.7.1. Avaliação dos Participantes

Total de fichas de avaliação preenchidas pelos/as participantes –
183 fichas sistematizadas

A. Organização da Conferência Municipal de Assistência Social

Registro do consolidado das avaliações preenchidas pelos participantes e conselheiros, contendo o quantitativo de avaliações em cada um dos itens de organização da Conferência, considerando as categorias “ótimo”, “muito”, “bom” e “regular”.

Fichas de avaliação preenchidas pelos participantes (%)				
Aspectos	Ótimo	Muito Bom	Regular	Ruim
Mobilização e Preparação	52%	36%	11%	1%
Local e Infraestrutura – (alimentação, transporte, hospedagem, salas, equipamentos, qualidade das instalações físicas)	75%	24%	1%	-
Acessibilidade	71%	26%	2%	-
Cumprimento do horário de Programação	60%	36,6%	3,4%	1%
Participação	50%	44,54%	5,46%	-

B. Conhecimentos agregados a partir da participação da Conferência Municipal de Assistência Social:

Registro do consolidado das avaliações preenchidas pelos participantes referente à percepção dos mesmos sobre os conhecimentos agregados a partir da Conferência Municipal no que diz respeito ao tema da conferência e ao II Plano Decenal da Assistência Social

Fichas de avaliação preenchidas pelos participantes (%)				
Aspectos	Ótimo	Muito Bom	Regular	Ruim
Programação	66,65%	32%	0,85%	0,5%
Participação	54,5%	35%	10%	0,5%

C. Conhecimentos agregados a partir da participação da Conferência Municipal de Assistência Social:

Registro do consolidado das avaliações preenchidas pelos participantes referente à percepção dos mesmos sobre os conhecimentos agregados a partir da Conferência Municipal no que diz respeito ao tema da conferência e ao II Plano Decenal da Assistência Social.

Fichas de avaliação preenchidas pelos participantes (%)						
Aspectos	5	4	3	2	1	0
Ampliação de conhecimentos sobre o Tema da Conferência	72%	25%	2,5%	0,5%	-	-
Ampliação de conhecimentos sobre II Plano Decenal da Assistência Social	58%	36,6%	3,9%	1%	-	0,5%

2.7.2. Avaliação dos Conselheiros

Total de fichas de avaliação preenchidas pelos/as Conselheiros/as:

10 fichas

A. Tema da Conferência Municipal de Assistência Social e seus Eixos (Relevância e Clareza), considerando as categorias: “ótimo”, “muito bom”, “regular” e ruim.

Fichas de avaliação preenchidas pelos conselheiros (%)				
Aspectos	Ótimo	Muito Bom	Regular	Ruim
Tema da Conferência - Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!	83,3%	16,7%	-	-
Eixo 01: Relevância e Clareza	83,3%	16,7%	-	-
Eixo 02: Relevância e Clareza	50%	50%	-	-
Eixo 03: Relevância e Clareza	50%	50%	-	-
Eixo 04: Relevância e Clareza	50%	33,3%	16,7%	-
Eixo 05: Relevância e Clareza	33,4%	16,7%	16,7%	-

B. Trabalhos em Grupo para debate dos Eixos e definição das propostas de deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social, considerando as categorias: “ótimo”, “muito bom”, “regular” e ruim.

Fichas de avaliação preenchidas pelos conselheiros (%)				
Aspectos	Ótimo	Muito Bom	Regular	Ruim
Trabalho em Grupo - Eixo 01	56,4%	43,6%	-	-
Trabalho em Grupo - Eixo 02	33,3%	50%	16,7%	-
Trabalho em Grupo - Eixo 03	33,4%	33,3%	16,7%	-
Trabalho em Grupo - Eixo 04	16,7%	50%	33,3%	-
Trabalho em Grupo - Eixo 05	-	56,4%	43,6%	-

C. Avaliação Final pelos Conselheiros Municipais de Assistência Social:

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	DEMAIS CONSIDERAÇÕES
- conselheiros que participaram se colocaram de forma proativa em suas funções e responsabilidades;	- não houve participação majoritária dos conselheiros titulares;	- Presença de Kit de Primeiros Socorros;

2.7. LISTAGEM DOS DELEGADOS TITULARES E SUPLENTE ELEITOS PARA A 15ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PIAUÍ

TITULARES - ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS			
NOME	TELEFONE	EMAIL	TERRITÓRIO
1. Elizete Rodrigues dos Santos	(86) 9 9491-2505	elizetesantos@gmail.com	Leste III
2. Emerson Alves dos Santos Silva	(86) 9 8826-3111	emerson.admpi@gmail.com	Sul
3. Iraneide Cristina Araujo Viana	(86) 9 9406-1011	cristinairaneide.seplag.pmt@gmail.com	SEMPPLAN
4. Jovina Moreira Sérvulo	(86) 9 9929-4061	jovinamsr@gmail.com	Sede
5. Lidiane Batista de Oliveira	(86) 9 9927-4452	likaoliveira35@gmail.com	Sede
6. Lucélia de Oliveira Silva	(86) 9 9403-4177	lucelia_silva23@hotmail.com	CMAS
7. Mateus Silva Rodrigues	(86) 9 9944-9924	rsimateusrodrigues@gmail.com	Sul
8. Olavo José Ibiapina Almeida	(86) 9 8819-8141	olavoli@gmail.com	Sede
9. Regina Lucia Alves	(86) 99930-2498	regina.social@gmail.com	Sudeste
SUPLENTE - ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS			
NOME	TELEFONE	EMAIL	TERRITÓRIO
10. Damiris Moraes de Aguiar	(89) 9881 238196	damiris-morais@hotmail	Leste V

11. Ronnyere Laurindo de Sema Barros	(86) 9 9451-3873	ronnyere2009@hotmail	Leste V
12. Maria Sebastiana Sousa Silva	(86) 9 8121-2900	tyannapzn@gmail.com	Leste V
13. Darlane Isabel Oliveira de Moura Leite	(86) 9 9572-4695	leitedarlane1@gmail.com	Norte II
14. Maria José do Santos	(86) 9 8173-3773	mariahjsantos2018@gmail.com	Sul

TITULARES - ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	TELEFONE	EMAIL	IDENTIFICAÇÃO
1. Ana Karolina Vieira de Barros	9 9963-8003/ 9 8102-4799	anakarolina.cáritas@gmail.com ENTIDADE: Cáritas Arquidiocesana de Teresina	TERRITÓRIO: Sudeste
2. Maria Valdeniria Silva	9 9922-5190	valdeniria.as@hotmail.com ENTIDADE: ASA	TERRITÓRIO: Norte
3. Regina Mary Machado de C Brito de Lima	9 9974-4907	reginamarylima@gmail.com ENTIDADE: APADA	TERRITÓRIO: Norte
SUPLENTES - ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	TELEFONE	EMAIL	IDENTIFICAÇÃO
1. Gaspar David Torres Anaisse	9 8823-1827	gaspar_arraisse@hotmail	TERRITÓRIO: Norte

		ENTIDADE: SOADF	
2. Antônia Jocélia Sousa Pereira Ciriaco	9 9936-8630	joceliaciriaco@hotmail ENTIDADE: APREPI	TERRITÓRIO: Norte
3. Teresinha de Jesus Ferreira do Nascimento	9 9817-7141	teresa.nascimento@gmail ENTIDADE: APEC	TERRITÓRIO: Norte
TITULARES - TRABALHADORES DO SUAS			
NOME	TELEFONE	EMAIL	IDENTIFICAÇÃO
1. Daniela Cristina de Oliveira Cruz	9 9969-2772	dcoeseias21@gmail.com	Norte
2. Dannylo Cavalcante Alves	9 9411-4330	cavalcantedannylo@gmail.com	Sudeste
3. Janaína Lucélia Oliveira de Carvalho	9 9409-2303	janainalucelia10@gmail.com	Norte

TITULARES - USUÁRIOS DO SUAS			
NOME	TELEFONE	EMAIL	TERRITÓRIO
1. Danilo Amorim	9 9539913	danilo@gmail.com	Sul
2. Elias Barbosa	9 9469-6550	seuelias1747@gmail.com	Norte
3. Maria Rosana da Silva Alves	9 8855-2017	rosanaalves12092015@gmail.com	Norte
SUPLENTE - USUÁRIOS DO SUAS			
NOME	TELEFONE	EMAIL	TERRITÓRIO
1. Maria das Graças Macedo de Aragão	9 9412-7963	-	-
2. Maria Soares da Conceição Sousa	9 9537-4331	-	Norte
3. Francisca Alves da Silva Aquino	9 9493-3580	aquino franciscaalves@gmail.com	Norte
SUPLENTE - TRABALHADORES DO SUAS			
NOME	TELEFONE	EMAIL	TERRITÓRIO
4. Ana Caroline Barbosa da Silva	9 9818-8129	caroline.acbs2@gmail.com	Leste
5. Maria Alzenira Soare Nunes Pimentel	9 9458-7177	alzenirasoaresnunes@yahoo	Sul
6. Héli da Braga de Oliveira Brito	9 9448-1787	helida.brito@hotmail.com	Sudeste

CRÉDITOS DO RELATÓRIO

Equipe Secretaria Executiva CMAS

COLABORAÇÃO

Comissão de Relatoria CMAS/TE - 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina

Gerência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – GGSUAS/SEMCAPI

REGISTROS

IGs: cmasteresina e semcaspi.the

CMAS encerra 13ª Conferência Municipal de Assistência Social com propostas de melhorias para projetos e benéficos sociais

<https://pmt.pi.gov.br/2023/06/30/cmas-encerra-13a-conferencia-municipal-de-assistencia-social-com-propostas-de-melhorias-para-projetos-e-beneficos-sociais/>

CMAS promove primeiro dia de Conferência Municipal de Assistência Social com debate de projetos, programas e benefícios sociais

<https://pmt.pi.gov.br/2023/06/29/cmas-promove-primeiro-dia-de-conferencia-municipal-de-assistencia-social-com-debate-de-projetos-programas-e-beneficios-sociais/>

13ª Conferência Municipal de Assistência Social inicia nesta quarta (28)

<https://pmt.pi.gov.br/2023/06/28/13a-conferencia-municipal-de-assistencia-social-inicia-nesta-quarta-28/>

CMAS promove 13ª edição da Conferência Municipal de Assistência Social

<https://pmt.pi.gov.br/2023/06/26/cmas-promove-13a-edicao-da-conferencia-municipal-de-assistencia-social/>

CMAS- Teresina realiza reunião de alinhamento para a 13ª Conferência da Assistência Social

<https://pmt.pi.gov.br/2023/06/05/cmas-teresina-realiza-reuniao-de-alinhamento-para-a-13a-conferencia-da-assistencia-social/>

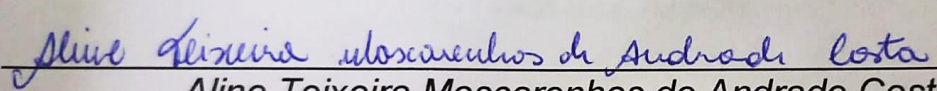
Território Norte encerra ciclo de debates da 9ª Pré-Conferência da Assistência Social

<https://pmt.pi.gov.br/2023/05/23/territorio-norte-encerra-ciclo-de-debates-da-9a-pre-conferencia-da-assistencia-social/>

9ª Pré-Conferência Municipal de Assistência Social iniciou no bairro Dirceu nesta sexta (28)

<https://pmt.pi.gov.br/2023/04/28/9a-pre-conferencia-municipal-de-assistencia-social-iniciou-no-bairro-dirceu-nesta-sexta-28/>

Aprovado em 02 de agosto de 2023, na 17ª Reunião Ordinária do CMAS/TE.



Aline Teixeira Mascarenhas de Andrade Costa
Conselheira Presidente do CMAS/TE
GESTÃO 2023-2025

ANEXO 01

RELATORIA DA CONFERÊNCIA MAGNA

TEMA: Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos.

Conferencista: Márcia Helena Carvalho Lopes

Local: Auditório do SEBRAE – Avenida Campos Sales, 1046, Centro/Norte, Teresina-PI

Data: 28/06/2023

Às dezoito horas e trinta minutos, no auditório do SEBRAE, após a dissolução da Sala de Honra, que abriu a XIII Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina-Piauí, deu-se início à solenidade de apresentação da Conferência Magna com o tema: **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”**. A apresentação da Conferencista, Márcia Helena Carvalho Lopes, ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi realizada pela assistente social Maria Valdeníria Silva, representante do Conselho Municipal de Assistência Social, que após cumprimentar a plenária destacou que seria muito difícil controlar o tempo de fala de uma profissional de reconhecida relevância e competência, que tanto teria a contribuir com as discussões na Conferência. Em seguida realizou a apresentação resumida do extenso Currículo Lattes da Conferencista, a quem passou a fala na sequência.

A conferencista, Márcia Helena Carvalho Lopes, após cumprimentar a plenária, ressaltou que se sentia gratificada pela oportunidade de poder falar de tão importante tema: “Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”. Informou ter sido muito bem acolhida pela equipe organizadora da Conferência, que a conduziu a alguns pontos turísticos da capital, como Encontro dos Rios, Polo Cerâmico, Mercado Central e restaurante “O Pesqueirinho”, onde almoçou e contou com a presença do Secretário Allan Cavalcante, da Semcaspi. Que se passaram seis anos desde que estivera em Teresina pela última vez, exatamente no mês de junho, período marcado pelas festas juninas, que revelou “adorar”. Salientou que aqui possui muitos amigos, citando nominalmente Wellington Dias, Rafael Fonteles, Janaína Mapurunga e Rosângela Sousa. Na sequência revelou muito interesse em conhecer o município de Castelo do Piauí, expressando a expectativa de um convite para conhecê-lo.

Realizadas as considerações preliminares, cumprimentou

nominalmente a todos os que compuseram a Sala de Honra, que às dezessete horas abriu a Conferência, bem como aos trabalhadores, estudantes, conselheiros, usuários e convidados presentes. Em seguida indagou: “Há vereadores aqui? “. Diante da resposta da representante do CMAS, Maria Valdeníria, de que foram convidados, mas não se fizeram presentes, indagou: “Como se vota em vereadores que não participam de Conferências?”. Enfatizou que não adianta defendermos o SUAS que queremos se não possuímos uma boa articulação com vereadores, Prefeitura e suas diferentes áreas. Em seguida resgatou três grandes princípios da Constituição Federal: a universalização do acesso, a descentralização político-administrativa e o controle social. Destacou que todos devem ter direito a serviços públicos de qualidade, porém o acesso a serviços precários e o histórico de exclusões fazem com que muitos tenham vergonha de se identificar como usuários do SUAS.

Lembrou que no passado muitos foram torturados e mortos por defender a vida e que atualmente entidades, Igreja ou qualquer outro segmento que faça o enfrentamento político sofre retaliações. Que a histórica omissão do Estado no passado levou entidades a tomar a iniciativa no atendimento da sociedade, porém a partir da Constituição Federal de 1988 essa responsabilidade passou a ser do Estado. Informou que tinha em mãos um exemplar da Constituição Federal e com vistas a chamar a atenção para a responsabilidade do Estado fez a leitura integral do artigo 6º do texto Constitucional, que garante os chamados “direitos sociais”, destacando em seguida o Parágrafo Único do mesmo artigo, que garante uma renda básica familiar a todo brasileiro em situação de vulnerabilidade, trazendo à tona a reflexão de que infelizmente no capitalismo a moeda é determinante para uma pessoa ter direitos, como acesso à água, energia, roupas, aluguel. “Tudo, absolutamente tudo”, enfatizou.

Ressaltou que a Seguridade Social é uma conquista, pois no capitalismo parte da sociedade não tem acesso a direitos e ao mesmo tempo há um lado dominante que defende que cada um viva por conta própria a sua dor, sem amparo do Estado. Assim, se não fosse a Constituição Federal não teríamos Conferências, não teríamos espaços de controle social. Por essa razão, o SUAS que queremos não admite que reproduzamos os erros do passado.

Nessa linha de reflexão resgatou a contribuição do autor Eric Hobsbawn, que cerca de quinze anos atrás analisou que chegamos a este contexto, onde coexistem diversos problemas sociais, devido a uma decisão

política da sociedade de classes, cujo topo se afunila para a elite econômica que detém o lucro e cuja base se abre para desempregados e trabalhadores que recebem até um salário-mínimo, quando, segundo o DIEESE, o salário-mínimo deveria ser no valor de sete mil Reais para atender às necessidades da sociedade. Em sua avaliação, isso faz gerar uma grande contradição, onde temos uma sociedade formada por “vencedores” e “vencidos”.

Chamando a atenção para a histórica desigualdade e opressão social em nosso país, relatou que quando esteve em Porto de Galinhas, no estado de Pernambuco, descobriu por meio de um pescador, que o local recebeu esse nome porque no passado os negros trazidos da África vinham confinados em espaços destinados ao transporte de galinhas. Que no continente de origem não enfrentavam pobreza nem fome, situação que passaram a vivenciar ao serem deportados e escravizados no Brasil. Muitos foram inclusive jogados ao mar pelo simples fato de não atingirem o peso ideal.

Segundo ela, esse legado histórico comprova que não é tão fácil falar em desigualdades sociais. Citou como exemplo o município de Teresina, onde os trabalhadores do SUAS estão inseridos em 19 CRAS, 04 CREAS, unidades de acolhimento e Centros-Dias, com mais de 184 mil famílias inseridas no CADÚnico e cerca de 28 mil pessoas com deficiência recebendo o BPC. Apesar disso, a fila dos que necessitam da assistência social está acima de 400 mil pessoas. Diante dessa realidade, avaliou ser imprescindível que falemos em direitos, pois o Estado não ajuda ninguém, é seu dever prestar serviços públicos e atender as necessidades da sociedade, de modo que não podemos assimilar a pobreza como um fenômeno normal.

Acrescentou que no Brasil existem cerca de 44 milhões de famílias inseridas no CADÚnico, isso sugere que teremos mais de 100 milhões nos próximos anos, daí a importância do cadastro, pois retrata a fotografia de nosso país. Considerou que quando elegemos estados democráticos é porque acreditamos ser possível mudar essa realidade, porém gestores conservadores não têm interesse em instituir Conselhos, sob a alegação de que “não vão criar cobras para lhes morder”. Porém, não podemos retroceder, o que vivemos hoje é um avanço histórico. Antes da Constituição Federal de 1988, da LOAS e da Conferência de 2003, que permitiram a implementação do SUAS no Brasil, sequer sabíamos o nome que daríamos à política, de modo que tudo é muito recente. A I Conferência de Assistência Social ocorreu somente em 1995. De lá para cá

percebemos o quanto a política de assistência social incomoda pessoas. Trata-se de uma política que trabalha com aquisições materiais concretas e imateriais, conforme apregoa Aldaíza Sposati. Trabalha com as consequências das desigualdades sociais. Diariamente sabemos do suicídio de pessoas que não estão suportando a vida e tudo isso vem para nós, por isso é tão difícil entender a dinâmica da política de assistência social.

Antes da Constituição Federal de 1988, todos faziam a assistência do jeito que queriam, não havia unidade na execução das ações, esse era o "SUAS" que tínhamos. A Constituição veio definir a política. Construímos uma NOB RH e qualificamos os profissionais que executariam a política. Hoje são 17 o número de profissionais reconhecidos no âmbito da gestão do SUAS. Porém, apesar dos avanços, ainda não temos a discussão da política de assistência social nas faculdades de Psicologia e Direito. Por isso, seria importante que saísse da Conferência uma moção para que esses cursos passem a inserir a discussão da política de assistência social em seus currículos, o que deve ser extensivo também ao ensino médio, pois é diferente quando se sai do processo de formação conhecendo a política, destacou.

Diante disso, observou que nada é simples nessa área. Apesar de o Brasil ser reconhecido pelos avanços em suas legislações, a direita em seis anos destruiu o que conquistamos: o Capacita SUAS, o ACESSUAS. O orçamento foi reduzido a 50 bilhões para todo o país, quando em 2010 eram de 42 bilhões. Nos governos de Michel Temer e Bolsonaro deveria ter sido orçado no mínimo em 120 bilhões. A previsão para 2023, caso Bolsonaro continuasse no poder, seria apenas de 68 milhões, ou seja, o objetivo era acabar com a política. Hoje os recursos estão sendo repassados porque foi elaborado um relatório de transição. Wellington Dias conseguiu trazer de volta 2 bilhões de Reais, embora deveríamos ter acesso a 6 bilhões, apontou.

Destacou que um Presidente tem o dever de ser melhor que o anterior e não "esculhambar" a pátria, como fez o governo de Bolsonaro. Para ela, o dia 08 de janeiro não representou apenas a destruição de patrimônio cultural, destruíam os sistemas, os fluxos, as institucionalidades, fazendo demorar nomeações, embora já se tenha feito muitas coisas num balanço de 110 dias de governo.

Segundo ela, o governo anterior incentivou que as pessoas mentissem no CADÚnico, com a inclusão do "unipessoal", que significou o envio mensal de

mais de 02 bilhões de Reais do Ministério aos municípios. Além disso, acabaram com os Conselhos, disseram que iam fazer de “outro jeito”, até para a Bíblia apelaram. Na época do FOME ZERO, nos municípios de Acauã e Guaribas pessoas disseram que pela primeira vez puderam montar seu mercadinho. Tudo isso foi destruído no governo de Bolsonaro. Em 2019 não tivemos Conferências, gestores não queriam ser vaiados. Apesar disso, sempre existe um outro lado que vai à luta, de modo que hoje estamos novamente podendo realizar as Conferências democráticas. Por essa razão, orientou que o Secretário Allan Cavalcante e a Secretária Executiva, Aline Teixeira, da Semcaspi, apresentem à Câmara de Vereadores as deliberações desta Conferência.

Avalia que o Brasil voltou à reconstrução, ao Pacto Federativo e que há um tema em Brasília que necessita ser buscado, cobrado e que será discutido no Eixo I: o financiamento. Salientou que nos grupos de discussões deveriam ser definidas as prioridades em cada eixo. Destacou a importância do controle social, tema do Eixo II, pois nada pode ser feito sem a aprovação do Conselho. Se isso acontecer, a sociedade deve pedir audiência com a gestão. Conselho que não delibera, que não intervém é “chato”, avaliou. Lamentou o fato de Teresina não possuir um Fórum de trabalhadores nem de usuários, haja vista se tratar de um município em que cerca de 400 mil pessoas são usuárias da assistência social. Esclareceu que nos Fóruns se discute o que não pode ser discutido nas Conferências. Em Londrina, por exemplo, citou que o governo não disponibilizou EPI's aos trabalhadores durante a pandemia, mas o Fórum dos Trabalhadores interveio e isso mudou essa realidade.

Enfatizou que no Eixo IV é importante dialogar sobre a ampliação dos serviços. Em seguida indagou: “Será que 19 CRAS são suficientes para atender Teresina?”. Todavia, ressaltou que somente é possível ampliar a oferta se houver diagnóstico socioterritorial. Por essa razão referiu a Vigilância como a “alma do SUAS”, razão pela qual não pode ficar restrita a uma sala, necessita dialogar com os CRAS, com os CREAS e articular os dados fornecidos por eles. Para isso, o CADÚnico deve estar na Vigilância, asseverou. Sobre o acesso a benefícios, avaliou ser inadmissível a ausência do INSS na Conferência, num contexto em que o BPC possui uma enorme fila de espera.

Em seguida indagou: “Temos conseguido garantir as seguranças apregoadas para a acolhida, renda, convivência, autonomia e apoio em situações de calamidade?”. Para isso, é necessário discutir se a criança em situação de

vulnerabilidade, se o idoso em situação de abandono, se a mulher vítima de violência, se a população em situação de rua estão tendo essas seguranças garantidas. Avaliou que se Secretários, vereadores, diretores de escolas entendessem isso, a situação seria diferente. Por isso o Conselho não pode ser burocrático. As Comissões devem dialogar, fazer visitas, ler textos. É possível fazer do trabalho algo prazeroso, estabelecendo o diálogo como ferramenta fundamental.

Por fim, destacou que o SUAS que queremos é o SUAS da Constituição Federal, da LOAS. Mas para isso é necessário ter fundos para funcionar, não pode sobrar dinheiro, tem que gastar, tem que atender à população. O SUAS que queremos é o que assegura a Proteção Social, que garante a valorização dos trabalhadores, que realiza concursos públicos, que fornece informações aos usuários, que cria alternativas de formação.

Salientou que não é fácil cuidar dos jovens num mundo em constante transformação. Assim, se queremos ser felizes, ter dignidade, protagonismo, temos que ter escuta. Vislumbrou a possibilidade de futuro podermos realizar Conferências com outro formato; que em Teresina os usuários possam estudar sobre seus direitos; que a rede governamental e não governamental se sintam valorizadas. Por isso devemos cobrar do Estado, do governo federal. Segundo ela, é isso que o Presidente Lula quer, mesmo sabendo que a “barra é pesada” para quem não faz a vontade das elites. Com essas considerações, concluiu a sua fala, agradeceu a atenção dispensada e colocou-se à disposição para o debate.

A Conselheira Maria Valdeníria Silva agradeceu a excelente explanação da Conferencista e em seguida apresentou um conjunto de reflexões baseadas na exposição. Iniciou destacando a ausência de vereadores na Conferência, esclarecendo que o convite foi feito à Câmara Municipal, especialmente em razão do corte de 32 milhões de Reais que a política de assistência social sofreu no município de Teresina, sem qualquer conhecimento de causa. Retomou a discussão sobre a importância da participação dos usuários nos espaços de debates; sobre a Constituição Federal e seu artigo 6º. Elogiou os dados apresentados pela Conferencista sobre a política de assistência social em Teresina, que muito contribuiriam com as discussões dos eixos da Conferência. Enfocou a discussão da assistência social como direito e lugar de fala dos usuários.

Abordou o histórico processo de luta em defesa da assistência social, a importância da Constituição Federal de 1988, da LOAS, da NOB RH e dos

trabalhadores do SUAS. Concordou que seja elaborada uma moção para que as universidades incluam a política de assistência social em seus currículos. Enfocou o desmonte da política nos últimos seis anos, que resultou no tema da Conferência deste ano. Avaliou que recomeçar é desafiador, porém temos que mostrar que isso é possível.

Destacou a importância do Controle Social; que o CMAS não é inimigo da gestão e quão desafiador e árduo é o papel do Conselheiro. Concordou que é preocupante Teresina não possuir um Fórum de trabalhadores nem de usuários. Abordou a importância de fortalecer a Vigilância Socioassistencial por meio de encontros técnicos e articulação com as universidades.

Concluiu suas considerações dizendo que sabemos qual é o SUAS que queremos: o SUAS da valorização dos trabalhadores, da educação permanente e do protagonismo dos usuários. Na sequência abriu para o debate, informando que seriam formados blocos de três perguntas, que poderiam ser orais ou escritas, tendo a participação oral o tempo delimitado de dois minutos.

A primeira participação no debate se deu pelo assistente social Reginaldo, que também se identificou como músico. Inicialmente parabenizou a Conferencista por sua apresentação. Enfatizou quão sofrível foi a situação para os pesquisadores no Brasil nos últimos seis anos, período em que nos deparamos com muitas contradições, especialmente no campo da negação de direitos pelo Estado. Resgatou a análise do filósofo Vladimir Safatle, segundo o qual não perdemos democracia, pois não perdemos o que não temos. Diante disso indagou: “Como ter o Controle Social se não temos democracia?”. Finalizou sua participação dizendo que precisamos trabalhar na perspectiva dos conceitos para amadurecermos.

A segunda participante foi a assistente social Jovina Sérvulo, que iniciou sua fala mencionando Norberto Bobbio, segundo o qual devemos ter o cuidado para não criar mais leis, antes devemos cuidar para não perder as que já conquistamos. Em seguida indagou: “Diante do arcabouço jurídico da assistência social, como podemos motivar os parlamentares a estarem aqui dentro?”, referindo-se à Conferência. Arrazoou que no dia a dia nós mesmos não ocupamos os espaços de controle social. Que apesar da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ainda se busca o SUAS para obtenção de dentaduras, fraldas e cadeiras de rodas, avaliando que são muitos os desafios da política.

A terceira participação foi da assistente social Rosângela Sousa, que inicialmente parabenizou a Comissão Organizadora da Conferência, bem como a Conferencista por sua fala. Ressaltou que Márcia Lopes trouxe uma informação que era importante repetir: o direito à alimentação. Destacou que a proposta original sobre o direito à segurança alimentar e nutricional é de autoria de um parlamentar do Estado do Piauí, Nazareno Fonteles. Em seguida enfatizou a importância de se colocar nas deliberações da Conferência a necessidade de termos recursos carimbados na assistência social como se tem na saúde e na educação. Chamou a atenção para a necessidade de se averiguar os cadastros “unipessoais”, pois somente Teresina totaliza 42.106 pessoas nessa modalidade de cadastro. Por fim, destacou que os Fóruns de trabalhadores e usuários é uma exigência que necessita ser construída em nosso município.

Finalizado o bloco de intervenções, passou-se a fala à Conferencista para as devidas considerações. Márcia Lopes ressaltou que o acesso a direitos é um debate que devemos fazer permanentemente. Que a luta de classes está no espaço dos direitos. Destacou, por exemplo, que explicar o racismo é muito difícil, pois o preconceito, o “não direito”, está marcado em nossa formação sociohistórica. Lembrou que história do Brasil e dos países da América Latina, em geral, os indígenas foram dizimados. Quilombolas e comunidades ribeirinhas são constantemente ameaçadas. O poder público colocou em nossas cabeças a ideia de que temos direitos “mais ou menos”. Esse “normal” ameaçador está presente nas escolas, na igreja, em todos os lugares. Avançamos com a Constituição Federal de 1988 em relação a todos os segmentos, porém o Estado alega que é caro atender às necessidades da sociedade, quando na realidade existe para isso.

Enfocou que não adianta dizer aos nossos usuários que eles devem participar das atividades ofertadas se no dia a dia não têm acesso ao transporte público. Nesse caso, compete aos profissionais da assistência social informar sobre as famílias que não têm condições de pegar um ônibus. Citou o exemplo de Londrina, no Paraná, onde conseguiram que todas as pessoas inseridas no CADÚnico tivessem acesso gratuito aos transportes públicos. Diante disso, salientou que nosso papel é desvendar a realidade e não naturalizar a pobreza. Que não podemos abrir mão da indignação e que devemos suscitá-la em nossos usuários, pois eles são inferiorizados o tempo todo, por isso se envergonham de dizer que recebem o BPC e o Bolsa Família.

Enfatizou que o CADÚnico é base para tudo, e indagou: “Como se faz

planejamento sem conhecer o CADÚnico”? Se não houver a ampliação dos benefícios não se mudarão os indicadores, observou. Por isso é necessário chamar o IBGE e as Universidades para se fazer pesquisas. Caso contrário, o número de famílias inseridas no CADÚnico no ano que vem será o mesmo deste ano. Daí a importância de se reunir para definir a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Salientou a importância de se fazer um debate sobre o cadastro dos “unipessoais”, porém com o devido cuidado para não se cometer injustiças, razão pela qual o conhecimento da comunidade é fundamental, bem como o diálogo com as diferentes políticas públicas, haja vista a quantidade de famílias sem acesso às outras coberturas sociais.

Ressaltou a importância de envolver os parlamentares nesse diálogo, de abordar os vereadores mais sensíveis, de criar uma frente parlamentar de defesa do SUAS, de realizar audiências públicas, falar com o Presidente da Câmara, entregar pautas da Conferência ao legislativo municipal, convidar os vereadores a programas de rádio. Lembrou que somente conseguimos o orçamento da assistência social de volta dialogando com os parlamentares, daí a importância de se pensar nas estratégias de diálogo. Enfatizou que ano que vem é ano político e que, portanto, devemos usá-lo a nosso favor, mobilizando a sociedade e votando em quem é confiável, em quem tem compreensão da política, cenário em que os Conselhos municipal e estadual devem apresentar pautas importantes.

Chamou a atenção para várias moções que poderiam ser feitas na Conferência. Como exemplo sugeriu que fosse criada uma Secretaria específica para as Políticas Integradas a fim de se dar destaque exclusivo à assistência social na denominação da Secretaria, que passaria a ser denominada “Secretaria Municipal de Assistência Social”. Enfatizou que foi por esse motivo que o governo federal novamente criou Ministérios específicos para as áreas transversais. Sugeriu também a criação de uma Secretaria de Estado de Direitos Humanos, haja vista que as políticas transversais não são executoras.

Finalizadas suas considerações, desejou uma boa Conferência aos participantes e que os grupos temáticos produzissem boas propostas. Concluiu sua participação dizendo: “Temos a chance de fazer o Brasil vencer de novo!”.

ANEXO 02

REGISTROS FOTOGRÁFICOS DOS TRABALHOS



Conferencista – Márcia Lopes, Relatora Íris Neiva e Conselheira Maria Valdeníria Silva



Equipe da Secretaria Executiva e Conselheiras atentas à Conferência Magna



Plateia final da Conferência Magna, Márcia Lopes, ladeada pelo Secretário Allan Cavalcante e Representante do Ministério do Desenvolvimento – Rosângela Sousa



Componentes da Mesa de Honra



Apresentação Cultural de Abertura



Leitura do Regimento Interno



Plenária em regime de votação



Trabalho em Grupo - EIXO 3: Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS?



Trabalho em Grupo - EIXO 1: Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país.



Delegados eleitos para a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social do Piauí



Encerramento da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social de Teresina